

SAMANTHA NAGLE CUNHA DE MOURA

Mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com ênfase em Direitos Humanos. Especialista em Direito Internacional pela UFRN. Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assessora Jurídica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN).



ESTUPRO DE MULHERES COMO CRIME DE GUERRA

LIÇÕES SOBRE DIREITO, FEMINISMO E VITIMIZAÇÃO



Servanda

Campinas

2017

Ficha Catalográfica Elaborada por**Meyre Raquel Tosi**

Bibliotecária – CRB 8 nº 759

343.541 Moura, Samantha Nagle Cunha de.
 M929e Estupro de Mulheres como Crime de Guerra - lições sobre
 direito, feminismo e vitimização/ Samantha Nagle Cunha
 de Moura - Campinas, SP: Servanda Editora, 2017.
 264 p. 23cm.

1. Atentados sexuais. 2. Estupro - Mulheres.
 3. Feminismo. 4. Infrações sexuais. I. Título.

CDU 343.541

Índice para catálogo sistemático

Atentados sexuais	343.541
Estupro - Mulheres	343.541
Feminismo	343.541
Infrações sexuais	343.541

Projeto Gráfico e Editorial: *Reginal Vieira Jr.*Capa: *Ramon R. de Vitto Mizuno e Cecilia de Barros Barbosa*Revisão: *Samantha Nagle Cunha de Moura*Diagramação: *Rozana Prado e Anaju Donadello*Coordenação e Supervisão: *Maria Angelina de Lima*

Proibida a reprodução total e parcial desta obra sem permissão expressa
 do Editor (Lei nº 9.610, de 19/2/1998)

Todos os direitos desta edição reservados à

Servanda Editora e Distribuidora de Livros Ltda.

Rua Padre Anselmo, 51 - Jardim Bela Vista

CEP 13077-051 - Campinas/SP

Fone: (19) 3253-6973 - Fax: (19) 3254-0240

e-mail: servanda@servandaeditora.com.brsite: www.servandaeditora.com.br

ISBN: 978-85-7890-096-0

Sumário

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - TEORIAS FEMINISTAS, DIREITO E ESTUPRO	25
1.1 Uma breve introdução aos feminismos	25
1.2 Direito e teorias feministas	37
1.2.1 Reformismo legal	39
1.2.2 Direito como ordem patriarcal	42
1.2.3 Direito como tecnologia de gênero	48
1.3 Teorias feministas sobre estupro	53
1.3.1 A perspectiva liberal: estupro como violência	54
1.3.2 A perspectiva radical: estupro como expressão da heterossexualidade patriarcal	61
1.3.3 A perspectiva da agência parcial (partial agency feminism) e a perspectiva interseccional: desvendando a dicotomia agência/vitimização	69
CAPÍTULO 2 - O DESENVOLVIMENTO DA PROIBIÇÃO DO ESTUPRO EM CONFLITOS ARMADOS: PRINCIPAIS ANTECEDENTES HISTÓRICO-JURÍDICOS	79
2.1 A utilização do estupro em conflitos armados	80
2.2 Proibições embrionárias: primeiras aproximações	88
2.3 As Guerras Mundiais: nada de novo no front	91
2.4 A justiça dos vitoriosos: os Tribunais de Nuremberg e de Tóquio	96

2.5 O sangrento pós-Guerra Fria: os conflitos étnicos dos anos 1990 e a nova aposta na justiça internacional	101
2.5.1 Ex-Iugoslávia e o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (TPII)	103
2.5.2 Ruanda e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) ...	117
2.6 O Direito Internacional audacioso: o Tribunal Penal Internacional	131
2.6.1 Correlação de forças: o processo de negociação e a participação fundamental das organizações não governamentais feministas	132
2.6.2 Dispositivos gender-sensitive no Estatuto de Roma	134
2.6.3 Definição de gênero: avanço ou retrocesso?	136
CAPÍTULO 3 - AFERINDO O MARCO REGULATÓRIO INTERNACIONAL APLICÁVEL: O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	139
3.1 Breves contornos: situando o Direito Internacional Humanitário	140
3.2 Conflitos armados internacionais: a IV Convenção de Genebra e o I Protocolo Adicional	146
3.3 Conflitos armados não internacionais: o artigo 3º comum às Convenções e o II Protocolo Adicional	151
3.4 Teorias feministas e o DIH: aplicação ou revisão?	153
3.4.1 Além da vitimização: as experiências multifacetadas das mulheres em conflitos armados	158
3.4.2 A construção generificada do princípio da distinção: a dicotomia combatente/civil	167
3.4.3 Estupro e honra: desvendando a objetividade jurídica da norma	174
CAPÍTULO 4 - OS TRIBUNAIS AD HOC: GÊNERO, ESTUPRO E MULHERES (E HOMENS)	181
4.1 Conceituando estupro: o “legado da ambivalência”	182
4.1.1 Definição mecânica e as possibilidades narrativas para os/as sobreviventes	193
4.1.2 Definições baseadas no consentimento: estupro sem contexto? ..	199

4.2 A presunção de coerção em conflitos armados e a negação da autonomia sexual das mulheres	206
4.3 O reconhecimento comedido da perpetração de atrocidades por mulheres: Pauline Nyiramasuhuko (TPIR) e Biljana Plavši? (TPII)	215
4.4 Homens que sofrem estupro: o último tabu?	222
4.5 A justiça internacional e o acirramento de estereótipos de gênero	233
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 239
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 243